

CONSIDERANDO o teor na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com as alterações posteriores; e  
CONSIDERANDO, ainda, a proposta do Procurador-Geral de Justiça submetida ao E. Colegiado,  
R E S O L V E:  
Art. 1º A Resolução nº 010/2011-CPJ, de 30 de junho de 2011, passa a vigorar acrescida do art. 20-A, com a seguinte redação: "Art. 20-A. Após a instauração do inquérito civil ou do procedimento preparatório, quando o membro que o preside concluir ser atribuição de outro Ministério Público, este deverá submeter sua decisão ao referendo do Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 3 (três) dias."  
Art. 2º Fica revogado o inciso V do § 2º do art. 19 da Resolução nº 010/2011-CPJ, de 2011.  
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. SALA DE SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, em 24 de novembro de 2015.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES  
Procurador-Geral de Justiça  
ADÉLIO MENDES DOS SANTOS  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR  
Procurador de Justiça  
RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES  
Procurador de Justiça  
UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL  
Procuradora de Justiça  
LUIZ CESAR TAVARES BIBAS  
Procurador de Justiça  
GERALDO DE MENDONÇA ROCHA  
Procurador de Justiça  
FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA  
Procurador de Justiça  
DULCELINDA LOBATO PANTOJA  
Procuradora de Justiça  
ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO  
Procurador de Justiça  
MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA  
Procuradora de Justiça  
ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA  
Procurador de Justiça  
RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA  
Procurador de Justiça  
ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER  
Procuradora de Justiça  
MARIO NONATO FALANGOLA  
Procurador de Justiça  
MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA  
Procuradora de Justiça  
LEILA MARIA MARQUES DE MORAES  
Procuradora de Justiça  
TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA  
Procuradora de Justiça  
ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO  
Procurador de Justiça  
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO VELASCO DOS SANTOS  
Procuradora de Justiça  
HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA  
Procurador de Justiça  
MIGUEL RIBEIRO BAÍA  
Procurador de Justiça  
MARIA CÉLIA FILOCREÃO GONÇALVES  
Procuradora de Justiça  
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO  
Procuradora de Justiça  
MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO  
Procuradora de Justiça  
ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO  
Procuradora de Justiça

**Protocolo 904337**  
**EXTRATO DA PORTARIA Nº 003/2015/MP/12ªPJMAB**  
A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000023-912/2015 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 - Marabá - PA - Fone/Fax: (94) 3312-9900.  
**Portaria nº 003/2015/MP/12ªPJMAB**  
Interessados: Moradores do Acampamento "Jesus é Rei"; Comissão Pastoral da Terra - CPT Marabá e Siderúrgica Ibérica.  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento de acordo

firmado entre a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI (Integrantes do Acampamento Jesus é Rei); o Programa Terra Legal, a Comissão Pastoral da Terra - CPT de Marabá; a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, a Siderúrgica Ibérica S/A e o Ministério Público do Estado do Pará - MPE (Através da Promotoria Agrária de Marabá), com o objetivo de: disponibilizar área para o assentamento de famílias sem terra, regularização fundiária e desocupação provisória dos acampados na Fazenda Asturya, Zona Rural do Município de Abel Figueiredo/PA.  
JANE CLEIDE SILVA SOUZA - Promotora de Justiça

**Protocolo 903939**  
**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA N.º 049/2015-MP/2ª PJD IAT/ BELÉM-PA**  
A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 2º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares, torna pública a PORTARIA N.º 049/2015-MP/2ªPJD IAT/BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA.  
Portaria de Instauração n.º 049/2015  
Data da Instauração: 19/11/2015  
Objeto: Apurar o grave problema enfrentado pelos alunos com deficiência da Escola Municipal Cordolina Fontelles de Lima, no que diz respeito à alegada falta de acessibilidade nas dependências da Unidade.  
Promotora de Justiça: Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares (Titular)

**Protocolo 903946**  
**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA N.º 019/2015-MP/1ª PJD IAT/ PP/ BELÉM-PA**  
O PROMOTOR DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dr. Rodier Barata Ataíde, torna pública a PORTARIA N.º 019/2015-MP/1ªPJD IAT/ BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Preparatório n.º 000887-112/2015, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA.  
Portaria de Instauração n.º 019/2015  
Data da Instauração: 09/11/2015  
Objeto: Apurar a violação ao direito à privacidade, à intimidade, ou à imagem da idosa MARIA DORA DE LA ROCQUE BEVILAQUA .  
Promotor de Justiça: Dr. Rodier Barata Ataíde (em exercício)

**Protocolo 903948**  
**EXTRATO DA PORTARIA Nº 001/2011-MP/2ªPJB**  
A 2ª Promotora de Justiça de Breves, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Preliminar nº 001/2011-MP/2ªPJB.  
Data da Instauração: 29/11/2011.  
Interessado:  
Assunto: Apurar pedido formulado por Edino Carmo Batista Gomes, presidente da Fundação Luiz Rebelo, para autorização de alteração do estatuto da entidade.  
Marilucia Santos Sales - Promotora de Justiça

**Protocolo 903950**  
**PORTARIA Nº 6713/2015-MP/PGJ**  
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E :  
CONCEDER aos Promotores de Justiça abaixo discriminados licença por motivo de doença em pessoa da família, com fulcro no art. 132, inciso I, da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

| NOME                                   | PERÍODO        |
|----------------------------------------|----------------|
| PAULO RICARDO DE SOUZA BEZERRA         | 4 a 18/9/2015  |
| ROSILENE DE FÁTIMA LOURINHO DOS SANTOS | 18 a 25/9/2015 |

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 28 de outubro de 2015.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES  
Procurador-Geral de Justiça  
**PORTARIA Nº 6738/2015-MP/PGJ**  
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E :  
CONCEDER às Promotoras de Justiça abaixo discriminadas licença por motivo de doença em pessoa da família, com fulcro no art. 132, inciso I, da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

| NOME                                | PERÍODO         |
|-------------------------------------|-----------------|
| LILIANE CARVALHO RODRIGUES OLIVEIRA | 13/10/2015      |
| REGIANE BRITO COELHO OZANAN         | 13 a 16/10/2015 |

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 29 de outubro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES  
Procurador-Geral de Justiça

**Protocolo 904010**

**PORTARIA Nº 6740/2015-MP/PGJ**  
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E:  
AUTORIZAR a Promotora de Justiça LÍLIAN REGINA FURTADO BRAGA, sem ônus para o Ministério Público, a se deslocar de Santarém à Brasília - DF, no período de 12 a 13/11/2015, a fim de participar do Seminário: "Mineração e Meio Ambiente", que será promovido pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.  
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 29 de outubro de 2015.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES  
Procurador-Geral de Justiça  
**PORTARIA Nº 7224/2015-MP/PGJ**  
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 4383/2011-MP/PGJ, que institui o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) do Ministério Público do Estado do Pará;  
CONSIDERANDO os termos da PORTARIA N.º 1292/2014-MP/PGJ, que designou os membros e servidores que atualmente integram o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) do Ministério Público do Estado do Pará,  
CONSIDERANDO os termos dos Ofícios nº 033/2015/CPE/CNMP, expedido em 29 de outubro de 2015 e nº 034/2015/CPE/CNMP, expedido em 034/2015/CPE/CNMP, protocolizados, respectivamente, sob os n.ºs 51007/2015, em 29 de outubro de 2015, e 53306/2015, em 10 de novembro de 2015;  
R E S O L V E:  
AUTORIZAR os seguintes membros e servidores, sem ônus para o Ministério Público, a se deslocarem desta Capital à Brasília - DF, no período de 25 a 26/11/2015, a fim de participarem do evento: "Multiplicando a Estratégia: TI", promovido pela Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, como parte da Ação Nacional Estruturante - Tecnologia da Informação - TI:

| Membro/Servidor         | Função                                 |
|-------------------------|----------------------------------------|
| MARIO NONATO FALANGOLA  | Procurador de Justiça Cível            |
| ADRIANO SILVA DE ARRUDA | Diretor do Departamento de Informática |

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 19 de novembro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES  
Procurador-Geral de Justiça

**Protocolo 904014**  
**PORTARIA Nº 6902/2015-MP/PGJ**  
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o § 3º do art. 46 da Lei Nº 8031, de 23/07/2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2015, combinado com a alínea "a" do inciso II do art. 6º da Lei Nº 8095, de 30/12/2015, Lei Orçamentária Anual, que estabelece que os créditos suplementares com indicação de recursos compensatórios dos próprios órgãos serão abertos até o limite de 25%, no âmbito dos órgãos que integram os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público e os demais órgãos constitucionais independentes, por ato de seus dirigentes, observados os prazos legais estabelecidos, RESOLVE:  
Art. 1º - Fica autorizado a suplementação no valor de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), para atender a programação do orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará, na forma abaixo discriminada:

| PROGRAMA DE TRABALHO   | NATUREZA DA DESPESA | FT   | VALOR SOLICITADO |
|------------------------|---------------------|------|------------------|
| 12101.03.122.1357.7442 | 459061              | 0101 | 1.300.000,00     |
| TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO |                     |      | 1.300.000,00     |

Art. 2º - Os recursos necessários à viabilização da suplementação mencionada no art.1º da presente Portaria, correrão por conta da anulação parcial das dotações consignadas no orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará.

Art. 3º - Consideram-se recursos para o atendimento do disposto no artigo anterior da presente Portaria, desde que não comprometidos, o estabelecido no inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação a seguir:

| PROGRAMA DE TRABALHO   | NATUREZA DA DESPESA | FT   | VALOR SOLICITADO |
|------------------------|---------------------|------|------------------|
| 12101.03.122.1357.7442 | 449061              | 0101 | 1.300.000,00     |
| TOTAL DO CANCELAMENTO  |                     |      | 1.300.000,00     |

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 6 de novembro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES  
Procurador-Geral de Justiça